

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA**  
2 **UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, REALIZADA NO DIA 26 DE**  
3 **FEVEREIRO DE 2018, ÀS 14:00 HORAS, NO MUSEU DE ARTE MURILO**  
4 **MENDES.**

5 Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, às quatorze  
6 horas, na Sala do Conselho Superior, no Museu de Arte Murilo Mendes,  
7 regimentalmente convocado sob a Presidência do Professor Doutor Marcus Vinicius  
8 David e com as presenças dos conselheiros: Girlene Alves da Silva, Eduardo Antônio  
9 Salomão Condé, Cassiano Caon Amorim, Mônica Ribeiro de Oliveira, Ana Livia de  
10 Souza Coimbra, Marcos Souza Freitas, Eduardo Barrere, Virgílio Cezar da Silva e  
11 Oliveira, José Gustavo Francis Abdala, Jorge Carlos Felz Ferreira, Aline Araújo Passos,  
12 Lourival Batista de Oliveira, Júnior, André Silva Martins, Jeferson Macedo Vianna,  
13 Denise Barbosa de Castro Friedrich, Hélio Antônio da Silva, José Otávio do Amaral  
14 Corrêa, Jaqueline da Silva Frônio, Rogério de Souza Sérgio Ferreira, Maria Cristina  
15 Vasconcellos Furtado, Cristina Simões Bezerra, Rubens Luiz Rodrigues, Eliete do  
16 Carmo Garcia Verbena Faria, Raquel Bernardo Fett, Sérgio de Castro Tardelli, Iago do  
17 Nascimento Silva, Mylena Palermo de Melo, Luana Nascimento Lombardi, Ricardo  
18 Bonfante, Márcio Roberto Sá Fortes, Heronides Filho, Pedro Henrique Cuco, Igor  
19 Coelho, Dimas Augusto de Carvalho, Pâmela Emanuelle Julião, Denis Alves Perdigão,  
20 Ângelo Márcio Leite Denadai e Fábio Alessandro Pieri, realizou-se a reunião do  
21 Egrégio Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora. **Justificaram**  
22 **ausência:** Liamara Scortegagna, Marina Monteiro de Castro e Castro, Shirley Maria  
23 Policário, Samuel Rodrigues Castro, Raquel Fellet Lawal, Ricardo de Cristófaros e  
24 Bernadete Maria de Sousa. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início à  
25 sessão. **Comunicados da Presidência:** O Senhor Presidente iniciou os informes  
26 esclarecendo que em função da reunião do dia vinte e dois de fevereiro do ano de dois  
27 mil e dezoito, tendo em vista muitas solicitações da comunidade universitária e também  
28 dos órgãos da sociedade sobre as ocorrências envolvendo as obras do Hospital  
29 Universitário (HU) será concedida uma entrevista para repassar as informações da  
30 referida reunião. Informou, também, que o Planetário- Centro de Ciências da Ufjf- já  
31 está em condições de funcionar e tem-se a intenção de que a primeira apresentação seja  
32 para os membros do Consu na reunião extraordinária, prevista para o dia nove de março  
33 do ano de dois mil e dezoito, que tem por fim discutir o orçamento do ano de dois mil e  
34 dezoito. Se houver adequação dos meios técnicos de gravação essa reunião será no  
35 Centro de Ciências da Ufjf e logo em seguida será feita a primeira apresentação do  
36 planetário. Informou, ainda, que no dia vinte e três de fevereiro do corrente ano, ele  
37 juntamente com os professores da Propp-Pró-reitoria de Pós-graduação Mônica Ribeiro  
38 e Luiz Paulo esteve em visita à presidência da Fapemig e durante a reunião realizada foi  
39 apresentado à Fapemig uma série de estudos, desenvolvidos pela Propp, sobre a  
40 participação da universidade nos conselhos câmaras e comissões da Fapemig  
41 comparativamente com outras universidades. Ainda, nessa reunião, foram discutidos os  
42 assuntos: número de bolsas concedidas de projetos, possibilidade da Fapemig  
43 encaminhar a planilha sobre a participação de pesquisadores das diversas instituições,  
44 nas comissões e nas câmaras, à Ufjf, a possibilidade da Ufjf providenciar junto aos  
45 diversos programas de pós graduação lista de pesquisadores que estejam dispostos a  
46 participar dessas comissões e das câmaras a fim de indicar nas diversas áreas. A  
47 presidência da Fapemig discutiu sobre o número de bolsas, reconhecendo que é algo  
48 muito inelástico a possibilidade de mexer nas bolsas de alguns programas, mas abriu a  
49 possibilidade de encaminhamento de projetos específicos da Ufjf, porque uma parte dos  
50 recursos da Fapemig são distribuídos por meio de programas e projetos apresentados

1 pelas instituições. Ademais discutiram sobre o projeto de internacionalização que  
2 deverá ser enviado para Capes e sobre a possibilidade de contrapartida da Fapemig, que  
3 possibilitará demonstrar a Capes que o projeto de internacionalização contará com  
4 outras fontes. A presidência da Fapemig reconheceu que foi a primeira vez que recebeu  
5 essa proposta e solicitou que essa fosse apresentada em forma de projeto, para que  
6 pudesse ser encaminhada. O Presidente do Consu salientou que foi feito convite ao  
7 presidente da Fapemig para estar em Juiz de Fora no dia quatro de abril do corrente ano  
8 e que ficou agendada reunião dele com os pesquisadores e os coordenadores dos  
9 programas de pós-graduação e pesquisa, na qual serão apresentadas as linhas possíveis de  
10 projetos. Informou aos conselheiros que a recepção dos calouros foi agendada para o dia  
11 seis de março do corrente ano, na Praça Cívica da Ufjf,. Convidou a todos os  
12 conselheiros para participar dessa recepção. O último informe versou sobre as denúncias  
13 de fraudes na admissão por cotas na Ufjf e para esclarecimento dos conselheiros sobre  
14 o assunto convidou o Pró-Reitor adjunto da Prograd, conselheiro professor Cassiano  
15 Caon Amorim, para relatar quais as medidas tem sido adotadas frente a essas denúncias.  
16 Passou a palavra ao professor Cassiano, o qual saudou a todas as pessoas presentes e  
17 começou informando que um grande volume de denúncias de fraudes em diferentes  
18 grupos de cotas, principalmente de PPI- Pretos, Pardos e Indígenas, vem sendo trazidas  
19 à ouvidoria e à ouvidoria especializada da universidade, que em função disso foi  
20 marcada uma reunião com Diretório Central dos Estudantes (DCE) e outras entidades  
21 representativas. Foi feita uma reunião com a Prograd, com a Diaf e com a Cdara sendo  
22 decidido que haveria o acompanhamento do movimento desses candidatos em relação  
23 ao procedimento de pré-matrícula on-line e o de matrícula. Informou que esse  
24 acompanhamento já foi feito em relação ao Sisu e foi constatado que alguns  
25 classificados sequer fizeram pré-matrícula. Afirmou que nesse caso não há necessidade  
26 de apuração, porque eles foram apenas classificados. Em relação aos outros candidatos  
27 classificados no Sisu, que fizeram a pré-matrícula, foi criada uma comissão de  
28 sindicância onde a Diaf e a Prograd dividirão os trabalhos dessa comissão e  
29 encaminharão a questão. Esclareceu que algumas das denúncias recebidas são de  
30 candidatos do Pism, mas que a matrícula do Pism ainda não aconteceu. A pré-matrícula  
31 do Pism já foi feita, por isso já foram encaminhados alguns nomes para a Cdara  
32 verificar o caso. Salientou que tão logo aconteçam as matrículas e a Cdara lhes  
33 encaminhe a lista dizendo se houve a confirmação da matrícula dos nomes informados,  
34 será criada uma comissão de sindicância, em caso positivo, para apurar às denúncias  
35 relativas a esses candidatos. Esclareceu, ainda, que há quatro tipos de verificação para  
36 que os candidatos tenham acesso às vagas por grupo de cotas: Escola pública- em  
37 relação a esse grupo foram criadas estratégias para evitar fraudes na documentação de  
38 comprovação apresentada por esse grupo de cotas. Explicou: antes era cobrado apenas o  
39 histórico escolar, mas agora é necessário que o candidato apresente uma declaração da  
40 escola atestando que o ensino médio foi cursado integralmente na escola pública.  
41 Esclareceu que a medida foi tomada, porque houve uma denúncia no ano de dois mil e  
42 dezessete, que foi apurada e constatou-se que realmente havia espaço para algum tipo de  
43 fraude nos históricos emitidos pelas escolas públicas. Argumentou que a Ufjf recebe  
44 estudantes do Brasil inteiro e como o acesso à tela, que permite verificar o percurso do  
45 aluno do ensino médio no SisLAME(Sistema de registro acadêmico do ensino médio  
46 em MG) é restrito a(o) secretária(o) escolar, somente a(o) mesma(o) poderá verificar e  
47 declarar sobre o percurso escolar do estudante no ensino médio, por isso a declaração  
48 emitida pela Escola pública foi exigida. Com relação à questão da renda, ano passado  
49 foi criado dentro da Prograd o setor de análise de renda, para efeitos de comprovação na  
50 matrícula, composto por três assistentes sociais e dois técnicos em assuntos

1 educacionais vinculados à Prograd. Além disso, foi aprovada a resolução nº60/2017.  
2 Na matrícula do Sisu deste ano de 2018 foi testado o que foi aprovado nessa resolução e  
3 segundo análise dos próprios servidores da Cdara e da Prograd, que trabalharam  
4 recebendo a documentação e fazendo o check list previsto na resolução, funcionou  
5 muito bem. Pessoas com deficiência - em relação às vagas disponibilizadas para esse  
6 grupo existe uma comissão multiprofissional, composta por servidores professores e  
7 servidores Taes da Ufjf, que trabalhou nesta primeira análise. No semestre passado, foi  
8 a primeira vez que analisaram os dados de pessoas com deficiência e neste semestre já  
9 houve solicitação de ampliação da comissão em função das especificidades das  
10 resoluções que garantem vagas para as pessoas com deficiência. Houve manifestação  
11 dessa Comissão para que seja ampliado o número de profissionais médicos na  
12 comissão: um oftalmologista, um otorrinolaringologista e um ortopedista, sob o  
13 argumento que, embora a comissão já conte com a médica professora Márcia Favero,  
14 ainda não é suficiente diante das especificidades da legislação. Neste semestre, na  
15 ausência desses profissionais, a Comissão analisou os casos e os que se encaixavam nas  
16 especialidades mencionadas acima foram encaminhados ao Siass (Subsistema Integrado  
17 de Atenção à Saúde do Servidor) e os profissionais médicos desse subsistema  
18 contribuíram com a Comissão. Em relação ao grupo de cotas PPI foi formado um grupo  
19 de trabalho coordenado pelo professor Julvan, diretor de Ações Afirmativas, que tem  
20 chamado pessoas para pensar a política que a universidade vai adotar em relação ao  
21 grupo de cotas PPI. Então a partir desse grupo de trabalho será criada uma comissão que  
22 trará ao Consu uma resolução a ser analisada. Em seguida, o presidente do Consu  
23 Marcus Davi agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Conselheiro Cassiano- Pró-  
24 Reitor adjunto da Prograd. **Ordem do dia: Discussão do ponto de pauta 1.1 - Processo**  
25 **nº 23071.013744/2017-11 – Plano Anual de Atividades de Auditoria**  
26 **Interna/PAINT-2018.** Parecer do Conselheiro Eduardo Salomão Condé. O Presidente  
27 esclareceu que se trata da reapresentação do Plano Anual de Atividades de Auditoria  
28 Interna (PAINT-2018), tendo em vista à deliberação do Conselho Superior, ocorrida na  
29 reunião especial do dia 15 de dezembro de 2017, em continuação a reunião ordinária do  
30 dia 07 de dezembro de 2017, para providências cabíveis inerentes ao parecer e as  
31 alterações indicadas pela relatoria e sua posterior apreciação pelo Conselho Superior da  
32 UFJF. Passou a palavra ao Professor Eduardo Condé, que informou que todo ano é  
33 apresentada uma proposta de trabalhos para o ano seguinte, no caso 2018, que é uma  
34 exigência da Controladoria Geral da União(CGU). Esclareceu que quando da  
35 apresentação do Paint/2018, no final do ano passado, ele fez observações e solicitações  
36 de providências que deveriam ser tomadas para a aprovação do Paint/2018. Esclareceu  
37 que a auditoria tem vinculação com o Conselho Superior da Universidade e é a esse que  
38 ela presta contas. Então o que está sendo apresentado são os planos de trabalho para o  
39 ano de 2018 e esse será o apreciado em 2018 no Raint, ou seja, na prestação de contas.  
40 Informou que seu novo parecer tratou apenas de complementar o parecer já apresentado,  
41 nos assuntos que lhe deram origem, após as manifestações referenciadas pelo auditor  
42 chefe no Paint/2018. Passou a leitura do Parecer Complementar do Paint/2018.  
43 Ressaltou que a auditoria refez parte do paint/2018, que o teor geral do Paint/2018, já  
44 foi aprovado pelo Consu e que cabe agora aprovar apenas a parte alterada do  
45 Paint/2018. Encerrada a leitura do parecer, o Presidente abriu para discussão. O  
46 Presidente retomando às solicitações que foram encaminhadas à auditoria, informou  
47 que, como foi apresentado pelo relator, foram incorporadas na sua maioria e ainda a  
48 permanência dos pontos que haviam sido questionados: a permanência da auditoria no  
49 HU e prazo para a comissão de risco apresentar o seu plano até julho/2018.  
50 Encaminhamento pela aprovação do Paint/ 2018, conforme parecer do relator. Decisão:

1    Aprovado por unanimidade. Na sequência, o Presidente passou à discussão do ponto de  
2    pauta 2.1 – **Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – (Raint)- referente**  
3    **ao exercício do ano de 2017.** Informou que o Raint deve ser submetido à apreciação  
4    dos conselheiros do Conselho Superior-Consu, consoante o que determina o artigo 16  
5    da Instrução Normativa – CGU nº. 24, de 17 de novembro de 2015. E para que fosse  
6    feita a apresentação do Raint 2017 solicitou, ao Conselho, autorização para entrada do  
7    servidor Auditor Geral Ênio Henrique Teixeira. Com a entrada do Auditor Geral o  
8    presidente passou-lhe a palavra, o qual cumprimentou a todas as pessoas presentes e  
9    esclareceu que primeiramente apresentaria a auditoria interna, em seguida faria um  
10   resumo dos trabalhos e por fim as exposições no Raint anual. Informou que fez convite  
11   à equipe da auditoria Ufjf para que estivessem presentes, mas por motivos pessoais não  
12   puderam estar presentes. Falou da sua satisfação em estar presente no Conselho  
13   Superior, pois esse representa com dignidade as ações da Ufjf e delibera ações de  
14   políticas e programas de muita importância dessa universidade. Salientou que é com  
15   esse espírito que fará a apresentação. Especificou que os trabalhos da auditoria interna  
16   da Ufjf são trabalhos de análise de documentação, processos, legislação e contato com  
17   às pró- reitorias e gestores. Salientou que têm buscado aproximação com as unidades  
18   auditadas, porque para fazer a auditoria além de análise da legislação é necessária a  
19   verificação de todo o universo a ser auditado. Explicou que para a obtenção de  
20   resultados a equipe de auditoria tem que estar no mesmo nível de conhecimento do pró-  
21   reitor e ainda ter visão de assessoramento, porque os conhecimentos necessários são de  
22   diversas áreas da instituição e por isso tem buscado trabalhar de forma coletiva e  
23   alinhada com a gestão da universidade. Falou sobre as dificuldades enfrentadas no dia-  
24   a-dia, de pessoal e de sistema. Informou que a auditoria tem alguns projetos e para dar  
25   mais agilidade a esses precisará contar com a colaboração da instituição, porque  
26   atualmente muitos trabalhos são feitos manualmente e será importante ser  
27   disponibilizado um sistema informatizado para aumentar o volume de ações da  
28   auditoria. Ressaltou que para alcançar eficiência é muito importante a auditoria  
29   trabalhar junto com a gestão e vice-versa. Esclareceu que a auditoria trabalha com base  
30   na relevância, na materialidade e na criticidade, sendo esses os principais aspectos do  
31   trabalho de auditoria. Comunicou que a auditoria interna da Ufjf atualmente conta com  
32   sete auditores e um administrador, que ele está a frente da auditoria a mais de seis anos  
33   fazendo auditorias, orientando sua equipe e buscando sempre proximidade com os pró-  
34   reitores para que as recomendações feitas tenham reais condições de serem seguidas.  
35   Cientificou aos conselheiros que a auditoria não tem apoio administrativo e que os  
36   próprios auditores fazem o trabalho de auditoria e, também, a parte  
37   administrativa/funcional da auditoria interna e isso tem dificultado que os auditores se  
38   atenham ao trabalho precípuo de auditoria. Quanto à capacitação notificou que, houve  
39   um apoio extraordinário da Administração em 2017, um curso de formação de auditor  
40   interno formação básica e intermediária foi oferecido para todos os membros da equipe,  
41   fortalecendo e aproximando a equipe de auditoria interna. Falou sobre os fóruns  
42   nacionais de auditores que refletiram positivamente nas ações da auditoria e  
43   consequentemente na universidade. Em seguida, informou sobre as ações desenvolvidas  
44   pela auditoria interna no ano de dois mil e dezessete e seus desdobramentos, dentre  
45   outras a execução do PDI (plano de desenvolvimento institucional), gratificação de  
46   curso e concurso, serviço de seleção e treinamento, vigilância ostensiva, bolsa de  
47   estudos no exterior, monitoramento dos controles de gestão, programa de  
48   monitoramento do Paint, programa de capacitação permanente, as atividades  
49   extraordinárias (pregão 13/2017, Avaliação de concurso 90 professor da Ufjf, avaliação  
50   da obra do HU, Implantação da Gestão de Risco) e o Paint do ano de dois mil e dezoito.

1 Concluiu informando que o trabalho desenvolvido pela auditoria interna, embora alguns  
2 trabalhos tenham necessidade de melhorias e outros ainda apresentem falhas, no geral  
3 tem apresentado resultado positivo. Destacou o trabalho conjunto da administração com  
4 a auditoria e as discussões das recomendações da auditoria com os pró-reitores como  
5 um fator de alcance de muitos pontos positivos. Frisou a necessidade da administração  
6 da Ufjf junto com a auditoria interna lutar pelo sistema de informação e a questão de  
7 pessoal de apoio administrativo à auditoria, sempre com o fim de atender o interesse  
8 público de maximizar os níveis de eficiência na atuação dessa auditoria. Por fim,  
9 registrou sua satisfação em trabalhar com o Consu e com a Administração da Ufjf,  
10 afirmando que o ano de dois mil e dezoito é um ano de mudanças e que essa reunião,  
11 provavelmente, seria a última a frente da auditoria interna. Salientou que cumpriu sua  
12 missão, que se dedicou ao máximo à auditoria e que teve muita satisfação em trabalhar  
13 com afinco, porque houve uma troca de experiências muito grande com os colegas de  
14 trabalho favorecendo crescimento profissional. Declarou estar satisfeito em ser servidor  
15 da Ufjf e estar entregando esse trabalho. Agradeceu a todos e se colocou á disposição  
16 para maiores esclarecimentos. O presidente agradeceu a participação do Auditor Geral  
17 Ênio Henrique Teixeira e levando em consideração às declarações feitas pelo mesmo  
18 cientificou os conselheiros que ao final do ano de dois mil e dezessete houve uma  
19 recomendação às autarquias que criassem normas internas do processo de substituição  
20 de seus auditores chefes - tempo de permanência mínimo de três anos e máximo de seis  
21 anos no cargo de chefia. Esclareceu que Ênio já está na chefia da auditoria interna a  
22 mais de seis anos e por isso haveria a substituição, mas não seria prudente fazer uma  
23 mudança num período de fechamento e para evitar prejuízos o auditor chefe e a  
24 Administração convencionou que a substituição ocorreria após a entrega do Raint/2017  
25 e a apresentação do Paint/2018. Seguiu registrando que a Administração e a Auditoria  
26 Interna, nesses dois anos que ele esteve a frente da reitoria da Ufjf e Ênio na auditoria  
27 geral foi uma relação muito profícua. Testemunhou que, durante todo esse tempo, foi  
28 preocupação constante do auditor chefe que a auditoria não cumprisse apenas um papel  
29 de órgão de controle, fiscalizador, mas fosse muito além e trabalhasse como um órgão  
30 efetivamente assessor. Salientou que o auditor ficava muito motivado sempre que era  
31 demandado a prestar uma assessoria para enfrentar alguma dificuldade. Esclareceu que  
32 o tema substituição do auditor chefe será apresentado ao Conselho oportunamente, para  
33 indicação de um novo nome e sua aprovação. Desde já, em nome da reitoria e de toda a  
34 Administração Central agradeceu ao Auditor chefe Ênio por todos os anos de trabalho e  
35 dedicação, principalmente por esses dois últimos anos que eles trabalharam muito  
36 próximos. O presidente abriu para que os conselheiros pudessem esclarecer dúvidas  
37 relacionadas ao Raint/2017. Os conselheiros Vitor Lustosa, Cristina Simões, André  
38 Martins e Fábio Pieri cumprimentaram o auditor geral pelo trabalho à frente da  
39 Auditoria interna e, na sequência, pediram alguns esclarecimentos pertinentes ao  
40 Raint/2017, relacionadas às ações da auditoria interna: gestão de risco, cursos e  
41 concursos, restaurante universitário, hospital universitário, pregão 13/2017, avaliação  
42 institucional, controle interno, implantação do SEI e ações de auditoria no Campus  
43 Governador Valadares, os quais foram esclarecidos pelo auditor geral com a  
44 contribuição do professor Condé em algumas questões. Sem mais inscitos, o presidente  
45 informou que pela normatização apenas a apresentação do Raint 2017 é feita, porque  
46 esse independe de parecer ou mesmo de votação pelo Conselho. Agradeceu novamente  
47 ao auditor Ênio pela a apresentação do Raint/2017 e pelo trabalho e dedicação durante o  
48 tempo que esteve à frente da Auditoria. O auditor geral Ênio agradeceu e informou que  
49 a atuação conjunta do Conselho e da Gestão tem beneficiado a toda Ufjf. A seguir o  
50 Presidente passou a discussão do ponto de **pauta 3.1 – Recursos em última instância**

1 **contra indeferimento de matrículas – cota para candidatos com deficiência. O**  
2 **Conselho Superior passou a deliberar sobre os referidos recursos das candidatas:**  
3 **Letícia Duarte Alves- 23071.026339/2017-54 e Renata Neiva Costa-**  
4 **23071.026338/2017-18.** O presidente passou a palavra ao relator dos processos  
5 conselheiro Cassiano, pró-reitor adjunto de graduação, o qual leu o parecer que a  
6 Comissão de análise de matrículas de pessoas com deficiência emitiu no processo  
7 **23071.026339/2017-54.** O presidente abriu para discussão passando a palavra à  
8 conselheira Aline Passos- Diretora da Faculdade de Direito- a qual cumprimentou a  
9 todas às pessoas presentes e resaltou que o decreto que aborda a questão de cotas para  
10 pessoas com deficiência é do ano de mil novecentos e noventa e nove e traz em seu texto  
11 - no artigo que foi invocado no processo da aluna- “grau de deficiência” e isso lhe  
12 incomodou profundamente, porque caminha na contra mão do que vem sendo estudado  
13 e entendido sobre a deficiência. Afirmou que esse decreto não está de acordo com o  
14 Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo ela não tem como atestar “grau de  
15 deficiência”. Reconheceu que o Código Internacional de Doenças (Cid) é um critério  
16 importante e objetivo, mas salientou que deve-se levar em consideração outros critérios  
17 para analisar o caso. Ressaltou que após quase vinte anos da publicação do decreto nº  
18 3.298, de 20 de dezembro de 1999, deve-se repensar o seu uso para a admissão das  
19 pessoas com deficiência na universidade. Com a palavra a conselheira Mylena Palermo  
20 perguntou se a pessoa com deficiência tem algum suporte durante o processo de  
21 admissão na universidade. O relator informou que o suporte é o mesmo dado aos outros  
22 candidatos. Aproveitou a oportunidade para dar ciência aos conselheiros que o  
23 Ministério da Educação já foi questionado sobre a adequação do decreto nº 3.298/1999  
24 com o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Que a Comissão composta por servidores da  
25 Prograd e da Proae, inclusive composta por servidores com deficiência, também, fez  
26 esse mesmo questionamento. Afirmou que a Prograd tem seguido o que determina o  
27 referido decreto, porque, embora a sua não conformidade com o Estatuto da Pessoa com  
28 Deficiência já tenha sido questionada por outras Pró-reitorias de Graduação de outras  
29 universidades e por outros sujeitos da sociedade, nada foi alterado. A conselheira Aline  
30 Passos salientou sobre a necessidade de rever a legislação da universidade sobre a ótica  
31 do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Com a palavra o conselheiro Márcio Fortes  
32 registrou a insegurança em decidir o recurso pleiteado diante da divergência entre  
33 decreto 3.298/1999 e o Estatuto da Pessoa com Deficiência e questionou como seria  
34 possível o Consu fazer o controle de legalidade, para, então, ter condições de decidir.  
35 Sérgio Tardelli- representante dos discentes- solicitou a palavra e pediu vista do  
36 processo para uma análise mais aprofundada. O presidente esclareceu que o pedido de  
37 vista é concedido imediatamente, porque independe de votação. Concedeu vista do  
38 processo nº23071.026339/2017-54 pelo prazo legal de 72 horas. Encerrada a discussão  
39 desse processo passou a deliberar sobre o processo de Renata Neiva Costa-  
40 **23071.026338/2017-18.** O presidente passou novamente a palavra ao pró-reitor adjunto  
41 da Prograd, conselheiro Cassiano, para que procedesse a leitura do relatório. Feita a  
42 leitura do relatório o Presidente abriu para discussão. Com a palavra a Conselheira  
43 Maria Cristina - Faculdade de Medicina- falou sobre diferenças entre pessoas com  
44 deficiência e as com doença crônica. Que a pessoa pode ter uma doença crônica e não  
45 ser deficiente. O pró-reitor Cassiano afirmou que a preocupação da Comissão é a falta  
46 do Cid (código internacional de doenças) nos processos apresentados, porque a  
47 legislação obriga fazer uma avaliação objetiva e médica. A conselheira Cristina –  
48 Faculdade de Serviço Social - falou sobre a necessidade de se ter pessoas preparadas  
49 para analisar as questões referentes às cotas para pessoas com deficiência. Sugeriu a  
50 retirada de pauta dos processos, para que esses fossem instrumentados de forma

1 multidisciplinar, a fim de evitar injustiças. Conselheira Maria Cristina questionou sobre  
2 a necessidade de sigilo das informações nos processos de pessoas com deficiência. O  
3 Conselheiro Marcos Freitas ressaltou que uso de outros critérios para avaliação  
4 admissão por cotas pode abrir oportunidade para quem não a tem por direito. Destacou a  
5 necessidade de manutenção de critérios objetivos para essa avaliação feita pela Prograd.  
6 O presidente, levando em consideração as dúvidas trazidas pelos conselheiros, lembrou  
7 o encaminhamento de retirada de pauta dos processos, sugerido pela conselheira  
8 Cristina, para que a comissão trabalhe mais um pouco sobre esses e possibilitar a  
9 solicitação de orientações da procuradoria. E posteriormente ser marcada nova data para  
10 o Consu deliberar sobre esses processos. Consultou a representação discente se manteria  
11 o pedido de vista do primeiro processo. A representação discente solicitou a retirada do  
12 pedido de vista do processo nº 23071.026339/2017-54. A mesa encaminhou  
13 favoravelmente pela proposta de retirada de pauta dos processos. Retirar de pauta os  
14 processos 23071.026339/2017-54 e 23071.026338/2017-18. Decisão: Aprovado por  
15 unanimidade. **Assuntos gerais:** O presidente passou palavra à conselheira professora  
16 Denise Barbosa de Castro Friedrich, a qual cumprimentou a todas as pessoas presentes e  
17 relatou aos conselheiros o fato ocorrido em 2012 sobre conflitos de relações de trabalho  
18 relacionados à direção e à secretaria da Faculdade de Enfermagem, que geram a  
19 abertura de processo na Cosbe. Falou sobre a moção de repúdio ao seu nome, colocada  
20 na página da entidade que representa os servidores. Salientou que, embora o processo  
21 tenha continuado na Cosbe e na Siass, os servidores ajuizaram, também, uma ação na  
22 Justiça Federal, na qual figurou no polo passivo juntamente com a Ufjf. Afirmou que,  
23 no dia 5 de dezembro de 2017, em audiência na Justiça Federal, foi inocentada em  
24 primeira instância. Registrou que havia passado por uma situação muito constrangedora,  
25 mas foi absolvida. Esclareceu que solicitou o espaço para comunicar sobre o processo e  
26 sua absolvição, porque foi no Consu que houve o primeiro ato sobre os conflitos.  
27 Informou que no próximo mês fará o pedido de sua aposentadoria e gostaria de sair de  
28 “cabeça erguida” dessa instituição, a qual se dedicou por todos esses anos. O presidente  
29 se manifestou dizendo que houve um encaminhamento de conciliação com os  
30 trabalhadores que não a aceitaram preferindo judicializar a questão. Informou que os  
31 trabalhadores tiveram uma resposta muito dura da justiça, porque não foi reconhecida a  
32 procedência do pedido. Registrou que o trabalho feito pela AGU de Juiz de Fora foi de  
33 muita competência. O conselheiro Márcio Fortes, representantes dos Taes, pediu a  
34 palavra e esclareceu que a moção de repúdio foi aprovada pela categoria. Em seguida,  
35 salientou que os trabalhadores têm o direito de peticionar ao judiciário se não ficarem  
36 satisfeitos com a resposta administrativa e caso os trabalhadores entendam necessário  
37 recorrer o sindicato coloca a disposição de todos os sindicalizados o suporte jurídico.  
38 Como representante sindical, Márcio, falou sobre os processos de flexibilização  
39 informando que Comissão tem se empenhado em dirimir quaisquer dúvidas dos Taes e  
40 dos gestores para instruir os processos com total segurança. Afirmou que a Comissão  
41 tem sido criteriosa ao avaliar os processos de flexibilização colocando o interesse  
42 público em primeiro lugar. Na sequência, o conselheiro Ângelo cumprimentou a todas  
43 as pessoas presentes e aproveitou a oportunidade para justificar suas ausências nas  
44 reuniões do Consu, argumentando que um dos motivos das ausências foi o conturbado  
45 processo de mudança do Instituto de Ciências da Vida em Governador Valadares (GV),  
46 o qual funcionava na Universidade Vale do Rio Doce. Informou que esse local era  
47 alugado e que por decisão da locadora o contrato não foi renovado com a Ufjf  
48 implicando em uma chamada pública e toda uma reação em cadeia. A mudança foi para  
49 outros dois prédios- Pitágoras e Unipac, os quais, ainda, não atendem totalmente às  
50 necessidades da Ufjf –Campus GV. Registrou a dificuldade de participar das reuniões

1 do Consu em Juiz de Fora devido aos custos elevados, risco na estrada, entre outros.  
2 Lembrou aos conselheiros sobre a necessidade da discussão acerca do Regimento da  
3 Ufjf para que seja autorizada a transmissão das reuniões do Consu por meio de vídeo  
4 conferência. E caso seja autorizada à transmissão será necessária a aquisição dos  
5 devidos materiais e equipamentos de vídeo conferência. O presidente retomou a palavra  
6 e explicou que esse assunto já foi apresentado ao Conselho e que já foi constituída uma  
7 comissão e essa elaborou uma proposta em condição de vir ao Conselho, mas, agora,  
8 depende de algumas soluções técnicas. Informou que para que ocorra a abertura com  
9 transmissão a rede do prédio do MAM (Museu de Arte Moderna Murilo Mendes), por  
10 se tratar de uma rede limitada, deverá ser avaliada, a fim de decidir se as reuniões serão  
11 no Campus universitário ou se farão investimentos na rede do prédio do MAM.  
12 Comunicou que o tema será pautado na reunião do Consu em março/2018. Lembrou  
13 que é totalmente justificável essa demanda, porque os esforços dos representantes de  
14 GV em estar presentes nas reuniões é muito grande. Em seguida, comunicou aos  
15 conselheiros que esteve em reunião em Governador Valadares, no dia 31 de janeiro do  
16 corrente ano, na qual foi apresentada a lista de indicação da diretoria do Campus, para  
17 que seja constituída uma comissão a fim de trabalhar com a intensificação da proposta  
18 do processo de descentralização da gestão para o Campus de GV. Informou que serão  
19 estudadas alternativas para a gestão financeira e para a gestão de pessoal. A busca é por  
20 ganhar eficiência e reduzir tramites de processo. Afirmou que a expectativa é de que o  
21 trabalho da comissão, a deliberação desse assunto pelo Consu e as implantações sejam  
22 feitas até o final do segundo semestre de 2018, para que em 2019 seja possível dar esse  
23 salto no nível de descentralização da gestão do Campus. O Conselheiro Ricardo pediu a  
24 palavra e solicitou à presidência do Consu, com a aquiescência do plenário, que  
25 constasse o voto de pesar pelo falecimento do professor Manoel Barbosa Leite Filho,  
26 ex-diretor do ICHL, criador do Laboratório de Línguas desse instituto e incentivador,  
27 juntamente com o professor Murilo Hingel, da incorporação da faculdade de filosofia à  
28 Ufjf, que havia ficado fora do projeto inicial em 1960. Solicitou que a família do  
29 professor Manoel fosse notificada, se aprovada à solicitação. A mesa encaminhou  
30 favoravelmente. Voto de Pesar de falecimento do professor Manoel Barbosa Leite Filho  
31 com a comunicação à família. Aprovado por unanimidade. Em seguida, não havendo  
32 mais inscritos, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião,  
33 secretariada por mim, Raquel Machado, que para constar lavrei a presente ata que dato e  
34 assino.

35  
36 Juiz de Fora, 26 de fevereiro de 2018.

37  
38  
39 **Raquel Kelli Assis Brunelli Machado**  
40 **Secretária Geral em exercício**

41  
42  
43 **Prof. Dr. Marcus Vinicius David**  
44 **Reitor da UFJF**

45  
46  
47  
48 ATA APROVADA NA REUNIÃO DO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



|     |     |
|-----|-----|
| 1.  | 2.  |
| 3.  | 4.  |
| 5.  | 6.  |
| 7.  | 8.  |
| 9.  | 10. |
| 11. | 12. |
| 13. | 14. |
| 15. | 16. |
| 17. | 18. |
| 19. | 20. |
| 21. | 22. |
| 23. | 24. |
| 25. | 26. |
| 27. | 28. |
| 29. | 30. |
| 31. | 32. |
| 33. | 34. |
| 35. | 36. |
| 37. | 38. |
| 39. | 40. |
| 41. | 42. |
| 43. | 44. |
| 45. | 46. |
| 47. | 48. |

|     |     |
|-----|-----|
| 49. | 50. |
| 51. | 52. |
| 53. | 54. |
| 55. | 56. |